

Conferência Realizada na Escola Superior de Guerra em 19-7-66

JOSÉ DE ALMEIDA RIOS

OPINIÃO PÚBLICA E O ESTADO MODERNO

CONCEITO

Maneira de sentir, de pensar, de manifestar-se, de agir de um grupo social, podendo ser modificada, ampliada, distorcida, encaminhada e reformada. Embora a área em que atua a opinião pública seja pelo volume ilimitável e mais extensa do que aquela das multidões, estas podem ser, por identidade de motivos, um precipitado segmento daquela. O que se convencionou chamar de opinião pública podem ser agrupamentos tomando atitudes por motivações identificadas com o pensamento do grupo em causa.

No processo ligado às multidões, elas refletem um estado transitório ou que perdura enquanto prevalecem os motivos ocasionais que resultaram no agrupamento formativo de opinião.

No caso de opinião durável, como aquela do povo, Dicey a define como «um conjunto de crenças, de concepções, de concessões, de sentimentos, de princípios aceitos ou de prejuízos fortemente arraigados» (A. V. DICEY — *Le Droit et l'Opinion Publique en Anglaterrre*).

A tradição pressupõe um lastro de caráter que estratifica atitudes e procedimentos, afirma hábitos mentais e uniformiza o modo de sentir, pensar e agir de toda uma sociedade. Esta se pode classificar como *opinião estática ou de povo e a outra, dinâmica*, mais acessível a modificações e transformações e trabalhada facilmente pelos métodos modernos de técnica de propaganda.

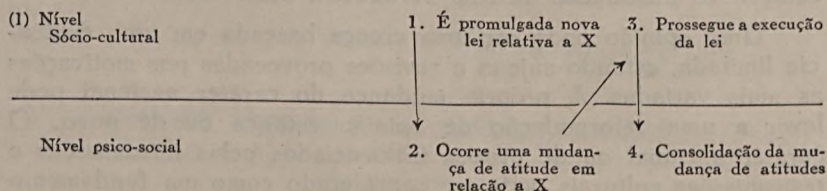
É muita formalidade dizermos hoje que a opinião pública é o ingrediente da democracia. Na sua caracterização dinâmica dentro do quadro do processo de evolução social e especialmente política com a extrema facilidade sincrética criada pelos modernos

meios de comunicação e de transportes, são incríveis as várias motivações que podem impressionar a opinião pública dinâmica, mesmo contra a si mesma e os interesses da nacionalidade. A fase tremenda por que passam os países com desenvolvimento retardado, exigindo o acondicionamento de determinações técnicas com imposições políticas, diminui muito a importância da opinião pública dinâmica como força consciente de poder. Aliás, a democracia não é sistema nem regime de governo e sim filosofia de vida de relações. Qualquer tipo de governo é passível de poder cumprir os postulados de uma verdadeira democracia.

Uma opinião pode ser uma crença baseada em uma evidência limitada, estando sujeita a revisões provocadas por motivações as mais variadas. A própria mudança do caráter nacional pode levar a uma reformulação de opinião estática ou de povo. O caráter nacional ou de grupos influenciados pelas intromissões e transmissões culturais pode ser considerado como um fundamento de significação para a atitude social que chegue até a uma decisão ou julgamento. Sendo, segundo Riesman, o caráter nacional um produto de formas sociais, cuja estrutura poderá ser definida como uma organização mais ou menos permanente, social e historicamente condicionada, das tendências e satisfações individuais, fornece êle uma substância sólida de fundamentação de opinião pública. A evolução, as aculturações e as condições do meio, aliadas aos estágios educacionais sucessivos, afirmam e firmam novos propósitos, onde a opinião estática ou de povo vai, aos poucos, cedendo aos reclamos, motivações e ação da vida moderna da civilização. As intromissões e transmissões de cultura, acontecimentos sociais marcantes, eventos internacionais, condições econômicas e uma gama enorme de fatores que alteram o sentido da personalidade podem conduzir à mudança de caráter e a tornar o campo mais fácil de transformações no que respeita à mudança de atitudes, tônica da opinião onde já encontramos o «juízo de valor» e a decisão.

Em verdade há profundo entrosamento entre indivíduo e coletividade. A influência tradicional, impregnada no indivíduo, transcende da própria personalidade para atingir as instituições. Os traços individuais determinam as instituições e estas, por sua vez, formulam o caráter. Assim, como é óbvio, as pesquisas de caráter têm que ser periódicas havendo uma forma histórica para avaliar o sentido da evolução. Antes, assim, de chegarmos a caracterizar a atitude ou predisposição para um «juízo de valor», formando o terreno onde se passa a decisão como ação última de opinião coletiva, se estabelece um processo de ampliação, partido de uma sintonia de sentimentos de classe e de grupos, tendendo a uma homogeneização da predisposição.

As atitudes são avaliativas, dado que levam a comportamentos característicos. Elas são predisposições aprendidas e duradouras. Elas influenciam a percepção e a reação emocional. Fatos e acontecimentos refletem predisposições e reações com rumos incertos nos comportamentos. Os processos psico-sociais são sempre produtos secundários dos processos sociais. Os processos psico-sociais são, por sua vez, freqüentemente absorvidos, capturados ou causados por fenômenos sócio-culturais, servindo mesmo para uma integração mais vasta no campo social considerado.



(2)

1. a) Oportunidade para crescente produtividade ou modernização

(W.Lambert)
(págs. 158-160)

b) a presença de valores de independência ou uma mudança nos valores ou alguma mudança "estrutural"

Eventos e processos sócio-culturais.

2. Mudança para o treino precoce de independência nas crianças

4. Desenvolvimento econômico mais elevado e mais rápido

3. Número mais elevado de pessoas com grande necessidade de realização, acompanhada por uma mudança de padrões e ações de decisão individual

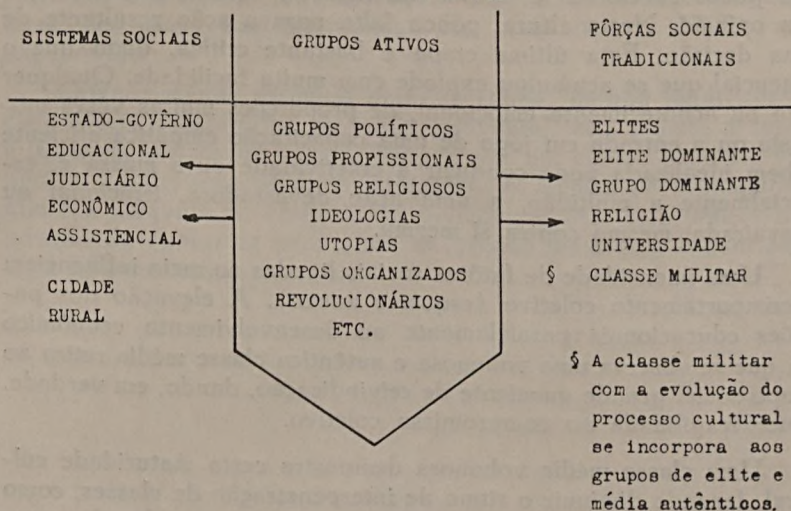
Os fatores e motivações sociais que atingem ou causam impacto na mente humana e a levam a estabelecer associação de idéias e de pensamentos coletivos, procurando sincronismo de interesses, formam os núcleos iniciais de opinião pública com ampliações imprevisíveis.

DINÂMICA

Em uma projeção estrutural, a opinião, dentro da ebulição de sua instabilidade conjuntural, vai, gradativamente, estabelecendo uma relativa estabilização obediente a uma certa padronagem construída por um processo sincrético entre a forma estática tradicional e a dinâmica. A primeira que denominamos «opinião do povo», calcada nos fundamentos formadores do caráter nacional ou do grupo social em causa

AS PRESSÕES E ANTAGONISMOS NO PROCESSO DE EVOLUÇÃO SOCIALA S P E C T O S C O N J U N T U R A I S

(reivindicações sociais)



ASPECTOS ESTRUTURAIS

- Hipóteses:* A. Reajustamento harmonioso
 B. Instabilidade Social e Política
 (Toymbee) C. Revolução (violência ou ilegalidade)
 D. Ditadura.

(pausa de processo evolutivo)

(retomada da posição anterior ou inicial)

Observação: O Sistema Educacional é o que se apresenta mais eficiente para uma conclusão harmoniosa, desde que obedeça a uma proporção satisfatória entre expansão e evolução. O Sistema Judiciário é o regulador de direitos e deveres da orgânica social e deve ser acessível a todos.

ADESG — 1962 — JOSÉ DE ALMEIDA RIOS — «Paradoxos, Pressões e Antagonismos do processo de evolução social».

vai cedendo, aos poucos, em seus valores tradicionais e se transformando, e a outra é contida nos seus avanços e se adapta a posições menos ambiciosas. É fácil compreender o mecanismo. Se a formação coletiva de opinião é a soma e o consenso comum de interesses e aspirações pela sucessão de «juízos de valor» conferidos seguidamente, a verdade, sujeita apenas a uma inclinação, vai firmando mais a sua autenticidade. Se ocorrem os movimentos

sociais a busca de reivindicações, mecanismo mesmo do processo de evolução social, cada vez mais os grupos se homogeneizam em sua predisposição consciente ou atitude, passam a se identificar por juízos sucessivos e entram na fase de «quase verdade» que é a opinião. Nesta altura, pouco falta para a ação resultante de uma decisão. Esta última etapa é bastante crítica, dado que o potencial que se acumulou explode com muita facilidade. Qualquer fato ou acontecimento emocional, de proporções muitas vezes modesta ou a entrada em jogo de uma capacitação empática eficiente e bem idealizada pode conduzir a coletividade ou a massa e, especialmente a multidão, a uma ação devastadora, irracional ou desvairada, mesmo contra si mesma.

Uma imensidade de fatores sociais ligados ao meio influenciam o comportamento coletivo (esquema anexo). A elevação dos padrões educacionais paralelamente ao desenvolvimento econômico em que se observa uma volumosa e autêntica classe média retira ao grupo social grande quociente de reivindicação, dando, em verdade, maior fragilidade ao compromisso coletivo.

Uma classe média volumosa demonstra certa maturidade cultural, fazendo diminuir o ritmo de interpenetração de classes, como é óbvio. Nesta situação, a dinâmica social, já mais moderada, estabelece uma maior racionalidade na forma dinâmica de opinião pública. Pelo contrário, a existência de uma classe popular de proporções maiores, com grande número de reivindicações a fazer (esquema anexo), pressiona as forças sociais tradicionais, provocando maior elo de solidariedade e tornando o grupo social considerado bastante sensível a movimentos coletivos. Nesta altura, como é natural, surgem correntes derivativas irracionais, inconscientes e, muitas vezes, contraditórias. Tais variações enfraquecem a sintonia de homogeneidade, diminuindo a própria força de unidade partida do coletivo. O nacionalismo exacerbado é um deles. Aqui uma soma enorme de interesses normais e anormais se associam, inclusive a descendência estrangeira. A atividade político-partidária personalista ou individualista, esperançosa da conquista de situações materiais e sociais, sem dispor de qualificações convenientes, seria outro exemplo.

Em uma sociedade, os acontecimentos que se desenrolam em seu meio e sua interação não podem ser compreendidos senão pela pesquisa, pelo estudo, pela análise e pela avaliação e crítica de seus complexos dominantes.

A atitude provocada e a sensação de um «juízo de valor» que levam a uma interação de opinião podem modificar-se e alterar bruscamente, dada a natureza númena da mente humana e a capacidade empática de cada qual. É nesta altura, que nos extasia a

segurança e a firmeza científicas, que prenunciam sossêgo, serem desautoradas pela arte com sua vocação para agitar. *Não é outro o motivo por que* assina Georges Braques: «A arte é feita para perturbar e a ciência para sossegar» (cit. GAETON PICON, «panorama des idées contemporaines» Ed. GALLIMARD, 1957, Paris pág. 441).

Quanto menos evoluída uma sociedade, mesmo tendo alcançado níveis satisfatórios de renda individual, está sujeita a falsos e instáveis «juízos de valor», tornando-se um campo bastante vulnerável contra seus próprios interesses. A técnica de propaganda, que é a máquina de contrôlo da opinião pública, está hoje à disposição de quaisquer propósitos de grupos mais bem organizados e de Estados estrangeiros...

QUADRO SINÓTICO DA COMUNICAÇÃO

Organizado por Aldo Xavier da Silva — Laboratório de Opinião Pública da Pontifícia Universidade Católica — Rio-GB-28-5-1965

COMUNICAÇÃO	SUBSTÂNCIA	QUALIDADE	RELAÇÃO	ESTADO	AÇÃO	EXPRESSÃO	COMUNICANDO
	Diálogo	Recreativo Informativo Opinativo Influente Atual Artístico	Colóquio	Convívio	Fala	Frente a frente Correios Telégrafo Telefone Gravação	Um outro homem
				Mensagem	Escrita	Cartas Jornal Revista Rádio Televisão Cinema Comício Vitrinas Histronização Simbolização Manifesto Livro ou edição Obra de Arte	Uma coletividade
			Publicidade	Exibição Divulgação Jornalismo Rel. Públicas Propaganda	Arte de Escrever Oratória ou elocução Documentos ou imagens Côr- Som Artes Gráficas		

Como o Estado apóia a sua autoridade em várias expressões de força, tem êle que lançar mão do que possui de mais eficiente e adequado para dominar os impulsos emocionais coletivos, lançando mão de recursos que possam sustentar as instituições, mas, ao mesmo tempo, não desestimular ou desanimar as atividades e iniciativas individuais, na determinação de inovar, renovar, transformar e reformular a estrutura social, fundamentando a Evolução. Impõe-se hoje uma ditadura técnica em qualquer expressão de poder, visando lançar a Tecnologia na formulação dos negócios do Estado em benefício da Nação, sem perder de vista, contudo, a resultante entre determinações técnicas e imposições políticas. *Tendo sempre na mentalidade da economia política a opinião tradicional alicerçada nas revisões dos Objetivos Nacionais Permanentes, precisa o Estado Moderno encontrar uma mística, uma doutrina e um conceito mais profundos que possam inspirar a confiança da Nação acima das correntes de opinião pública.*

Muitos Estados contam, pois, com fontes formais de poder político que se sobrepõem às fontes reais de poder político, muito sujeitas à instabilidade e insegurança, mesmo nas mais velhas e sedimentadas culturas sociais. A Coroa Inglêsa é uma fonte formal de poder político que impôs a resignação do rei Eduardo VIII, contra a opinião nacional e estrangeira. Falou mais alto o interesse do Estado ao persistir na bandeira de uma moralidade que mantém mais sólidos os laços da Commonwealth, fundamento da economia inglêsa. A ditadura técnica financeira dos E. U. A. impediu o aumento do preço do aço que era uma imposição de grandes empresas norte-americanas. A filosofia de vida democrática daqueles governos não conseguiu, durante muitos anos, a permissão de voto aos negros e um grande condado inglês só veio a ter direito de voto em 1914. Exatamente no chamado padrão democrático grego menos de 15% de cidadãos tinham o direito de votar. A nova constituição da República Federal Alemã consigna a perda de emprego e da propriedade para os condenados de subversão. O Presidente De Gaulle tem o direito de dissolver a Assembleia. Esta é quase sempre um desfecho resultante de uma homogeneidade de sentimento e interesse das diversas classes sociais, especialmente a faixa do grupo médio, agindo contra um grupo ou elite oligárquica que age, ferindo-a profundamente em seus anseios.

A necessidade e a sintonia de interesses podem estabelecer uma aglomeração de grupos sociais diversos. A experiência de Sherif e Carolyn («Groupe in Harmony and Tension» — N. I. Harpers, 1953) demonstrou que dois grupos rivais especialmente colocados um diante do outro e «fabricada» uma dificuldade a que somente a reunião dos dois poderia resolver a união se estabeleceu, mesmo que a reação de líderes de ambos os blocos se fizessem sentir

temendo perder as posições de liderança. Dentro da fase experimental por que passa e psicologia social, é possível, contudo, estabelecer algumas idéias reguladoras da formação da sociedade dentro de uma dinâmica integrada de evolução social e a psicologia da coletividade. Os processos psico-sociais encontram-se frequentemente dependentes dos vastos processos sócio-culturais e são «capturados». É valioso considerar, pois, que as ocorrências psico-sociais causadas e absorvidas pelos eventos sociais podem ter sido, na sua acumulação sucessiva de aglomeração de grupo nos seus movimentos de reajustamento, readaptação e sintonia de sentimento, provocados pela homogeneidade de aspirações, interesses e posições de maior vulto. A mudança de atitude pode ser um produto secundário de grandes e acumulativos processos sociais. Como bem diz William Lambert: é «como um ruído feito pela máquina social em movimento». A seqüência, pois, de um processo dinâmico de formação da opinião pública, ou melhor, a base estrutural de sua manifestação conjuntural parte realmente da «acumulação» de processos psico-sociais provocados e influenciados pelo processo social de evolução, baseado nas mesmas características de formação do caráter e que, em uma soma total de formação, corresponde a uma visão global ou macroanálise, sendo possível proceder-se a uma microanálise de parcelas.

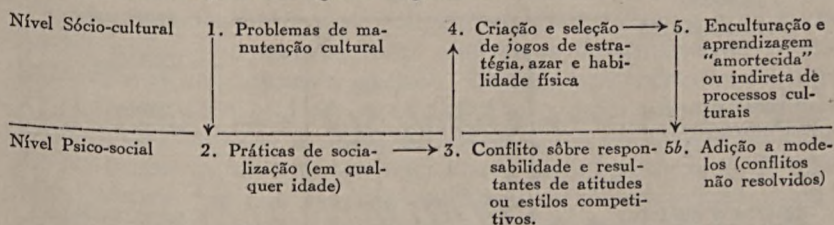
Os processos psico-sociais são importantes e medeiam ou integram os eventos e os fundamentos do processo social de evolução. Na posição eclética com mais fácil raciocínio e menor complexidade intenta-se aprender a noção de que os processos psico-sociais são sempre secundários aos processos sociais e por estes causados, capturados ou absorvidos.

MACCLELLAND, da Universidade de Harvard («The Achieving Society», Princeton, D. Van Nostrand Co., 1961) enfatizou de modo especial a importância de fatores psico-sociais no desenvolvimento econômico. Estudou e pesquisou acerca da influência da educação infantil na sua fórmula tendente a propiciar independência precoce tal como sempre aconteceu na seita protestante. Procurou demonstrar a relação da mudança de caráter e de atitudes na grandeza e decadência dos grandes impérios. Sugere o autor que, se uma sociedade desejar aumentar sua riqueza econômica, deverá olhar para seus recursos humanos (entre outras coisas), em termos de motivação profunda e precoce, reordenando a vida familiar, de acordo com as crescentes oportunidades econômicas (sistematização de W. LAMBERT, pág. 2).

Na atual fase de evolução social é dentro da aceitação para formação do Estado Moderno que englobou quase todas as aspirações e interesses de reivindicações populares das ideologias em moda, especialmente o socialismo, vemos a necessidade de formar a juventude nos preceitos fundamentais que conduzam a

maior atenção para o gênero humano nas suas necessidades primárias e determinantes para acomodação e concordância de participação das restrições da vida social visando estender ao maior número, senão a todos, os benefícios da evolução cultural.

Acêrca da teoria de MACCLELLAND, identificando nos jogos possibilidades de encaminhar fatores favoráveis de personalidade, apesar de difícil comprovação, Roberts e Sutton-Smith tentaram uma sistematização na figura seguinte:



Caminham ou devem caminhar juntos os modelos educacionais e a formação de uma sadia opinião pública. É preciso que se afirme, nos termos devidos, a importância que devem ter as necessidades na dedução de uma meia-verdade construtora da atitude. Tanto no equilíbrio como na formação da opinião, muitos subsídios podem ser transferidos da psicologia social para os modelos educacionais. Finalmente vamos transcrever, como curiosidade,

OPINIÃO PÚBLICA

(Um tipo de formação de atitude e opinião)

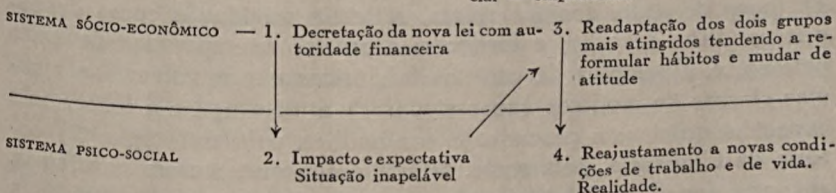
CAMPO ECONÔMICO

DITADURA TÉCNICA
FINANCEIRA

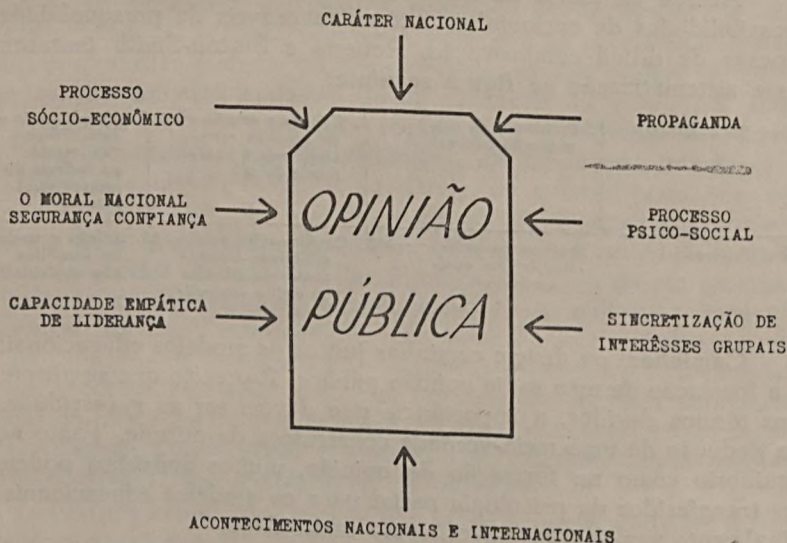
Hábitos e mentalidade inflacionários e caracteres tradicionais negativos para o desenvolvimento econômico. Pouca propensão para a poupança, descaso para os custos e inclinação para gasto acima das possibilidades de receita. Pouca atenção para o desperdício. Despreocupação para os custos de produção, devida à vigência de um semi-sistema monopolista oficial ou oficioso, acobertando os riscos da atividade privada. Persistência de uma valorização artificial da produção industrial ao invés de proteção ao pioneirismo industrial nacional (monopólio disfarçado). Acumulação de estoques de matérias-primas e produtos manufaturados, mascarando uma realidade.

A. Ataque à inflação, restrição do crédito e ao aumento de salários. Reajustamento realístico dos preços dos produtos agropecuários, alimentares, matérias-primas e serviços.

B. Resistência da opinião pública em nome do hábito e da mentalidade inflacionária (grupo social — consumidores e usuários) e pelo sistema de desinteresse pelos custos e o trabalho especulativo como método (grupo social — empresários)



FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA



perfunctôriamente uma experiência e algumas conclusões especulativas levadas a efeito por John Roberts e Sutton-Smith («Ethnology, vs. 1, 2, 1962) sôbre vários tipos de jogos e atitudes.

Pensa êle que existem três espécies de jogos mais importantes modelando diferentes estilos ou atitudes de competição. São as seguintes: 1) jogos de capacidade física, tais como corridas a pé, modelam atividades culturais como capturar uma ovelha tresmalhada do rebanho e permitirem o ensaio de atitudes e esperança no sucesso, pelo exercício da velocidade e energia; 2) jogos de estratégia, tais como o pôquer e o bridge, modelam as atividades do mercado e facultam o ensaio de atitudes de esperanças no êxito pelo exercício do poder de decidir com astúcia e inteligência; 3) jogos de azar, como a roleta, refletem atividades como descobrir um filão de ouro, e fornecem a prática na esperança de êxito pela sorte. Exemplos de estórias folclóricas que envolvem as mesmas classes de modelos expressivos: 1) a tartaruga e a lebre, pela capacidade física; o pescador e sua mulher, pela estratégia; 2) estória da Cinderela, pela sorte. Vimos assim que, mesmo nos jogos, encontramos os modelos expressivos que espelham as características da evolução social: a estratégia, a energia e a aventura.

PROPAGANDA

É uma técnica e método para controle de opinião pública. Para execução de um programa de propaganda, mister se faz um estudo de situação que abrange características evolutivas com suas modificações, transformações e inovações, havendo necessidade de um ajustamento de objetivos a perseguir e finalidades a serem atingidas. Sem dúvida, a estrutura social impera soberana na natureza de finalidades com relação correta de veículos e o campo social a ser impressionado. É muito importante firmar bem a atitude ou predisposição, pois que as fases sucessivas de «juízos de valor» acumulativos precipitam a decisão. Certas características de propaganda, segundo os fins, são de execução difícil. A mudança de hábitos, de condições e situações impregnados no caráter do povo ou do grupo social, torna-se uma tarefa de longo alcance. A opinião coletiva, em sua fase de ampliação e de agregação grupal de sentimentos vários, passíveis de um recondicionamento, é bastante sensível a *uma verdade universal ou de maioria*. Por outro lado, a coletividade ainda se impressiona muito com a *ação do poder sem contestação* e tão forte que pouca possibilidade haja de destituí-lo. A força ainda é maior quando se vislumbra uma verdade de conduta satisfatória capaz de elevar o padrão de conceito generalizado. O curioso é que o senso coletivo ainda se inclina muito para *um governo forte*, o que demonstra a força de uma tradição provinda da inicial organização das tribos.

A grande tarefa da propaganda é transformar a atitude e predisposição a que se adicionam as possibilidades constatadas da pesquisa, estudo e análise do meio, *figurando ainda uma meia-verdade*, e controlar o resto do caminho a seguir até a decisão, passando pela opinião. Precisa atingir finalidades que são uma etapa intermediária entre *a decisão e a ação*. O objetivo revela a fase final onde se firma certa estabilidade e constância de ação que poderão transformar-se em novos valores ou outras fisionomias de caráter ou hábito social (esquema anexo).

São tão variadas e multiformes as maneiras de comunicações na técnica e no método de propaganda moderna que uma satisfatória exposição necessitaria de um verdadeiro curso regular. Para quem está bem familiarizado com os assuntos de psicologia social e está bem informado acerca do meio e das camadas sociais que precisa impressionar, não apresenta maior dificuldade a elaboração de um plano de propaganda. A adaptação de finalidades e objetivos aos recursos de comunicação, com suas particularidades e peculiaridades, a natureza do problema, assunto ou artigo a sugerir para a decisão e a seleção de tipo de público que deva ser trabalhado, decorre da experiência, da pesquisa, da análise e da crítica.

Na forma ilustrada audiovisual, dificilmente consegue-se a primeira manifestação de atenção para a comunicação quando está em foco um acontecimento que esteja empolgando, no momento, o público visado. Nesta ocasião é válido apenas um «slogan» rapidíssimo que lembre uma seqüência de comunicações anteriores. É péssimo momento de encetar uma primeira etapa de comunicação. Os anúncios seguidos e longos em tais momentos são contraproducentes.

Outra modalidade desaconselhável é a utilização de superlativos qualificativos.

Um ponto importante é conseguir constatar e interpretar bem uma incoerência e apresentar a solução certa.

Certas conexões adequadas e válidas despertam atenção e podem apressar a decisão. Conta Siegfried que em uma viagem a Nova Iorque teve oportunidade de acompanhar a ação de dois engraxates. Em um dos lados da 5ª Avenida um profissional volante atendia constantemente a fregueses em fila e do outro, um seu colega, em meia hora, não conseguiu atender a um só freguês. Verificou que o primeiro, quando apregoava seus serviços, *lembrava que no dia seguinte era domingo e não havia engraxates.*

Muito delicada e difícil é a comunicação ilustrada por meios jocosos e pitorescos. *O sentido de ridículo é desalentador para a técnica de propaganda.* Em princípio, o contato deve ser firme, decidido, sério, convincente e sem hesitação.

O estudo e a pesquisa, tendendo a investigar a atitude e as reações que possam definir a opinião pública, constituem, de fato, uma ciência nova. A arte na pesquisa da alma humana exige um atributo especial e discernimento cultural variável permitindo excluir das conclusões os fatos e as emoções que alteram profundamente o sentido exclusivo da pesquisa. Por outro lado, a capacitação da comunicação determina uma condição pessoal própria. A pesquisa segmentária de opinião, como base fundamental para o plano de propaganda, é acompanhada de erros de interpretação fundamentais.

Eis porque H. H. REMMERS («Introduction to Opinion and Attitude Messurement», Harper & Brothers), diz: «é sempre possível e desejável fazer levantamentos, isto é, examinar segmentos de opinião pública. Mas, sempre que se puder realizar um censo completo, há boas razões para preferi-lo».

Jean-Marie Domenach ressalta o papel da propaganda subordinando a opinião pública. Evidentemente tal influência decorre

substancialmente das condições do meio social. Mesmo na sociedade armada dos mais evoluídos níveis culturais, o pensamento coletivo baixa bastante o seu padrão de discernimento. Para William Albi («Public Opinion») a opinião resulta de um cotejo de juízos, de uma escolha e de um julgamento. O estímulo das controvérsias, especialmente no campo político, é tanto mais dinâmico quanto mais pobre de tradições e com condições econômicas precárias. Aqui a propaganda surte efeitos especiais na área política, onde medram a demagogia e a aventura. Nestas condições, agigantam-se os valores da propaganda e o povo situa-se em posição indefensável, comprometendo a capacidade e a responsabilidade do Estado Moderno. Mesmo as nações mais amadurecidas compreenderam esta verdade e se armaram com específicas Expressões de Poder onde é fornecido um valor relativo à opinião coletiva como fonte decisiva de autoridade política. Realmente o governo, onde se constitui a formação do poder pela vontade popular, é apenas o instrumento do Estado. *O primeiro tem uma temporariedade de mandato frente à perenidade do Estado.*

O controle e a manipulação das atitudes denominam-se propaganda. Esta é indiferente à verdade enquanto comumente se a diferencia da educação porque esta deve ser fiel a ela. Os princípios da propaganda incluem ora as causas, ora os efeitos predisponentes, prováveis, estáveis, mobilizáveis, redutíveis ou irreduzíveis, assim :

1.º) *A intenção do propagandista* onde existe um propósito interessado; naquela não-intencional não é levado em consideração o efeito social das próprias ações;

2.º) *A percepção* onde a ação procura fazer sobressair sua situação de estímulo de seu campo de competição; uma série de fatores estranhos *servem* de complementação eficiente ao problema focalizado em tese;

3.º) *O tipo de propaganda*: revelada, revelação retardada ou oculta. No primeiro, usa-se a sugestão direta e o fim da propaganda fica claro desde o início; na segunda, a revelação retardada exige um certo período cheio de motivações preparatórias conexas e auxiliares, como se houvesse uma ação preparatória de terreno; no tipo oculto, a propaganda evita revelar o seu objetivo;

4.º) *O princípio das atitudes conexas*; existe a suscitação de atitudes conexas que servem de instrumentos para atingir a integração desejada. Estímulos variados permitindo atingir predisposições e atitudes de um maior número impregnam a motivação e o objeto principais da propaganda. Um hotel que comunica situação ideal de proximidade comercial, rede de rádios e televisão nos quartos, desperta outras atitudes interessadas que não sejam simplesmente aquelas de um hotel — hospedagem;

5.º) A *integração desejada* identifica uma ação convincente que possa predispor a um fim comum. Evidentemente o fato revela uma *esperança* que poderá chegar ou não a uma integração. Diversos fatores a serem explorados, como a emoção, por exemplo, podem atingir os fins visados. (BIDDLE, «A Psychological Definition of Propaganda» J. Abn. Soc. Psychol, 1931). Acredita o citado autor que, teoricamente, qualquer emoção pode ser transformada em qualquer ação por meio de manipulação adequada e hábil. Assim a foto de uma linda moça tomando um suco de tomate não só atrai a atenção como acarreta uma atitude favorável. Acreditamos, contudo, que certa conexão é indispensável na apresentação da complementação;

6.º) A *esfera da imprevisibilidade* onde, salvo no caso de propaganda oculta, a partir da compreensão até a ação, existe uma esfera imprevisível, devido ao caráter temporário da propaganda, a presença de propagandistas competidores, membros interessados diretos da ação etc. Muitos recursos ocorrem para vencer esta fase negativa do processo de propaganda ao lançar-se mão de complementos de prestígio, a primazia nas originalidades dando a afirmação das primeiras impressões.

7.º) A *contrapropaganda* se impõe quando atitudes de conflito impedem a integração desejada. A contrapropaganda relativa dos fabricantes de cigarros, que são obrigados nos E. U. A. a anexar um aviso do prejuízo grave à saúde, pode ser aquela de indicar a região balcânica onde existe o maior número de centenários e eles não tiram o cachimbo da boca. Pode, outrossim, contrabalançar com o equilíbrio psíquico que o fumar pode despertar, aliviando o ataque das doenças degenerativas da atual civilização.

8.º) Enfim, o princípio da persuasão, onde o método é utilizado como forma complementar. Uma artista popular é «persuadida» por algum ganho material direto a deixar-se fotografar usando certos produtos de toucador, persuadindo a que outras desejem segui-la.

Na contrapropaganda, existem três normas mais importantes a serem seguidas:

1ª) não começar a ação a não ser com equilíbrio emocional satisfatório, após serem coligidos elementos válidos, preparação e capacitação convenientes;

2ª) procurar ridicularizar e desmoralizar com argumentos fortes, se possível de incoerência, e aproveitar, ao máximo, os recursos da crítica e da lógica para estabelecer um jôgo irônico, caricato e jocoso, se fôr o caso, mas em tonalidade bem elevada. O elemento jocoso tem aqui muito mais cabimento e segurança do que na propaganda;

3ª) insistir e firmar contradições nos erros informativos e nos disparates.

A contrapropaganda exige tão-sòmente os conhecimentos indispensáveis da motivação da propaganda em tela como um adicional substancial de novas caracterizações, aspectos e ângulos.

Um dos pontos em que mais desperta atenção o problema da opinião pública é aquêle da *censura*. Esta sempre existe dentro de uma formalidade social, contudo é possível estabelecer três características especiais: a *censura social*, a *legal* e a *ética*.

A *censura social* é a decorrência de uma atitude e de opinião pública no ponto em que as comunicações possam ferir o padrão de convicção moral da sociedade em causa. Existem alguns agrupamentos sociais que se entregam especificamente a esta fiscalização e cobram da autoridade pública a ação repressiva correspondente ou atuam com uma contra-informação prejudicial aos objetivos e finalidades da ação desencadeante. Em alguns países tais iniciativas assumem um caráter bastante importante, atingindo todos os veículos de comunicação, especialmente o cinema, a televisão e o rádio.

A *censura legal* tanto repousa em uma atitude de prevenção, jogando com a responsabilidade de cada qual em vista dos textos legais, como, em períodos anormais, faz diretamente uma fiscalização prévia do objeto das comunicações ao público. No primeiro caso, ocorre a punição «a posteriori» da ação transgressora. Contudo, muitas vezes, a ação e o impacto do veículo de comunicação são por demais bruscos e violentos, pela amplitude e pela agressividade imediata, tal como se nota no rádio e na televisão. Não é outro o motivo por que o Estado, ou toma a sua responsabilidade tais empreendimentos, ou os coloca sob forma de concessões precárias.

A *censura ética* é devida ao nível educacional profissional dos empresários e concessionários das empresas privadas de comunicações, especialmente jornais, revistas, publicações, estações de rádio e televisão. O problema comercial neste caso pode, em virtude de nível cultural deficiente da sociedade e do público, em causa, baixar bastante o grau de ética.

Em se falando de *censura*, ressalta logo o assunto de liberdade.

É determinante para o processo de Evolução a liberdade de idéias e de pensamentos. Com a possante técnica de propaganda de nossa época, aquela liberdade, com licenciosidade e irresponsabilidade, cerceia, pelo temor, a própria liberdade em benefício de interesses particulares ou de grupos, ferindo, profundamente, o grande fundamento democrático de igualar dentro da desigualdade.

Por outro lado, sendo a propaganda, muitas vezes, uma violação de consciências, pode praticar, sob as vistas do Estado Moderno, um crime de despersonalização. Parece ser pior do que a morte física.

Foi por tais motivos que o Estado Moderno, já amadurecido pela Evolução satisfatória, defende os interesses da Nação, impondo, em muitos casos, uma ditadura financeiro-econômica contra a ação de governo provocada pela opinião pública, e, mesmo àquela do povo, em nome do Estado. Alguns Estados lançam mãos de outras expressões mais fortes de poder para o mesmo fim quando não dispõem, inclusive, concomitantemente, de uma Fonte Formal de Poder Político de natureza tradicional — Coroa. Alguns se acobertam na expressão jurídica, outros na forte estrutura social e alguns ainda, em fase menos evoluída, na sua classe militar. Existem apoios também na tradição religiosa.

Um Estado que conseguiu fundamentar na filosofia de vida democrática as suas leis objetivas e afirma vitoriosamente suas leis subjetivas tem, convencionalmente, cercada a liberdade com muito maior intensidade do que nas democracias incipientes e nos sistemas ditatoriais. Aquelas leis decorrem da sanção do povo onde o «número de patrões» é muito maior para ser contentado do que nas ditaduras e democracias incipientes. Nestes últimos casos, as questões são bem mais limitadas e os donos a contentar, geralmente, pertencem a uma oligarquia mais ou menos estamentada.

Ao sugerirmos a filosofia e a doutrina de Segurança Nacional, pretendemos bradar em um campo onde possam existir Estadistas. Acontece, porém, que a promiscuidade entre Estado e governo, aquele perene e êste transitório, já demonstra desinteresse por negócios de Estado e avidez por assuntos de governo. E êste é apenas o instrumento daquele... mas atua indiscriminadamente na sua transitoriedade. *Sem campo de ação, o Estadista retraiu-se.* Pode decorrer daí, igualmente, a confusão entre liberdade e licenciiosidade; equívoco entre democracia e liberdade e *incompreensão da filosofia com forma ou sistema de governo.* O Estado e não o governo, êste como seu instrumento, é que tem a responsabilidade de governar com o povo e para o povo, resguardando-se dentro da evolução social e da ciência e da técnica para não arriscar a atuar contra a Nação.

Nenhuma atitude determinante, absolutista e dogmática da liberdade pode eliminar a pluralidade das considerações nem a relatividade das perspectivas. A relação e o determinismo, o pragmatismo e a história monumental não podem também desaparecer senão na medida em que se comprometam com as atividades vitais a cujos interesses devem atender. *Eis porque a liberdade, possível*

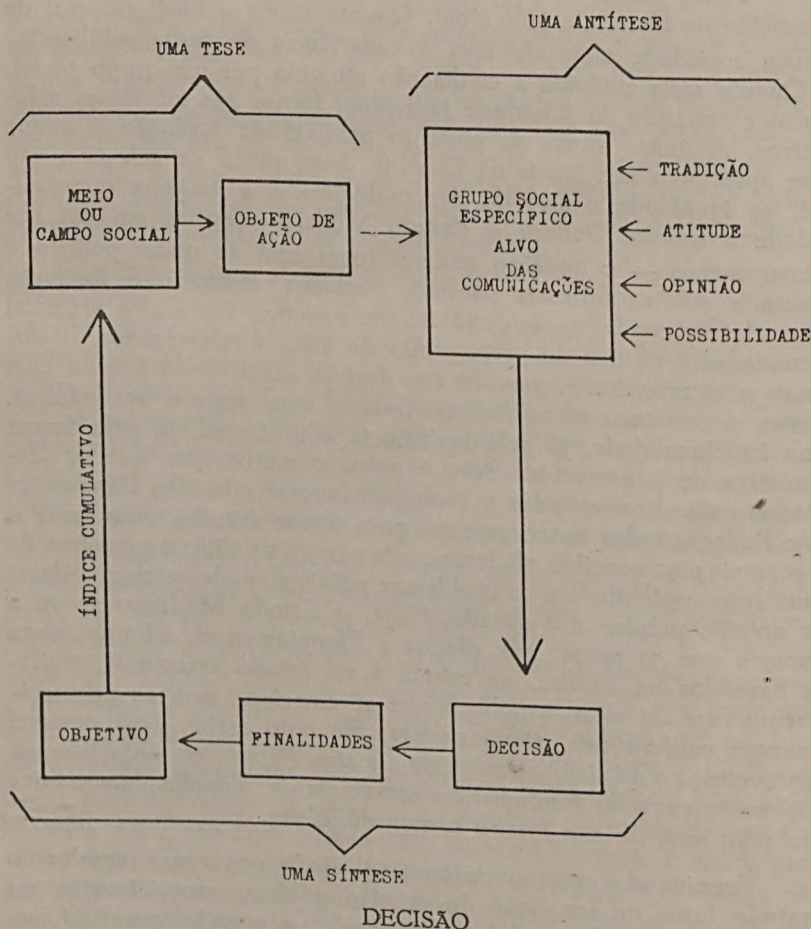
na teoria e efetiva na prática, nunca é inteira. O passado do indivíduo limita o seu jôgo na iniciativa pessoal e a situação histórica fixa a possibilidade de ação política. Uma filosofia democrática de relações se define quando existe o cidadão que reconhece seus deveres frente ao Estado e êste reconhece os direitos daquele.

Tanto maior o senso de responsabilidade quanto menor o sentido de liberdade individual. Quanto maior o nível cultural de uma sociedade mais ela leva a consciência de responsabilidade. Quanto mais evoluída a civilização atingida por um grupo social, maior restrição da liberdade individual frente aos interesses coletivos. A única forma de governo passível de evolução é a que se aprofunda nos ideais da filosofia democrática de relações, isto é, «a igualdade dentro da desigualdade» e a «mesma oportunidade a todos». Poderá o Estado Moderno confiar em um seu instrumento — o governo onde a fonte real de poder político é gerada sob os influxos os mais variados, instáveis e flexíveis, gerada em condições de instabilidade psíquica (natural e artificial criada pela técnica de propaganda de grupos interessados, nacionais e estrangeiros), movida sua decisão coletiva de acôrdo com fatos e acontecimentos imprevisíveis e nem sempre verdadeiros, na irracionalidade, já pela insipiência educacional, já pela forma coletiva de pensamento? Não é outro o motivo por que os Estados mais desenvolvidos e evoluídos lançam mão das Expressões de Poder, citadas anteriormente, para impor atitudes mais reais e racionais para conciliar eficientemente assuntos políticos e técnicos de sua responsabilidade e os problemas políticos, onde estejam válidas a opinião pública e a atitude. Hoje, o Estado Moderno se vê a braços com os programas, planos e Planejamentos a longo prazo e baseados na análise, na crítica e no estudo estrutural inteiramente fora do alcance público que se emociona com os acontecimentos conjunturais, simplesmente. Sômente assim, será possível aproveitar ao máximo os recursos e meios disponíveis para cumprir fielmente «aquêles fundamentos essenciais da filosofia democrática de relações», *de sua inteira responsabilidade.*

Terminando estas considerações, ainda pensamos ressaltar o grande fator de formação da opinião pública, especialmente, no campo político. Para Biddle, já citado, a emoção constitui um ingrediente manipulável ao sabor de quaisquer interesses. É difícil encontrar outro impulso que possa distorcer a opinião pública e a atitude coletiva do que a emoção. A facilidade com que se constrói uma «imagem estereotipada» e o tremendo impacto que pode causar na decisão coletiva sujeita os destinos de uma Nação a um caminho desastroso, conforme os recursos e meios empenhados e interessados. Ela pode causar danos irreparáveis em que pêsse à sanção legal. A consciência coletiva manipulada pela téc-

nica de propaganda moderna pode tornar-se objeto de uma verdadeira violação ingênua dos direitos e da Segurança da nacionalidade.

ESQUEMA DA DINÂMICA DA PROPAGANDA



A seqüência da mobilidade do pensamento coletivo, partindo da atitude que é uma predisposição, passando pela opinião que já é uma inclinação para a verdade, chega à fase de decisão ou ação. Mesmo nesta última existe a exigência de um influxo capaz de vencer resistências ocasionais por preconceito, temor, responsabilidade, segurança e uma série enorme de constatações conexas que levam, muitas vezes, a uma ação incoerente com a opinião já formada.

Muitas técnicas diferentes têm sido imaginadas para o estudo, se possível, da medida das atitudes e opiniões. Os inquéritos trabalhosos de opinião pública, onde as questões procuram aferir indiretamente a disposição de uma coletividade pelos testes heterogêneos, se fôr o caso, de qualificação dos inquiridos, é preciso que não se sujeite o testado a uma prova flagrante de responsabilidade pessoal. *Por outro lado, o objeto mesmo da inquirição deve ficar a encoberto e a dedução será feita pelas questões indiretamente sugeridas.* Muitos autores têm-se entregado ao estudo da questão (*).

Quando a atitude dos elementos recrutados para pesquisas estejam já na defensiva ou em impacto por acontecimentos diretamente identificados com o objeto da pesquisa, as respostas podem sofrer deformações e a interpretação é falha. A emoção transforma, mesmo momentaneamente, uma atitude já tomada e mesmo uma opinião quase definitiva (Newcomb). Tais serviços, sob o ponto de vista político, deveriam estar a cargo de um órgão fora da influência na dinâmica do governo a ser destacado no campo do Estado ou da Segurança Nacional. Pessoalmente, já ensaiamos uma pesquisa no meio estudantil. A dificuldade de compreensão no âmbito do governo não permitiu a terminação dos trabalhos. Os resultados iniciais foram bastante significativos. Na atual conjuntura brasileira, o «universo» social de que faz parte o meio universitário é a classe média.

Tais pesquisas de atitude, especialmente sob o aspecto político, são objeto de constantes trabalhos do «Social Survey», na Inglaterra e pela «Washington Opinion Research Laboratory», nos E. U. A. ligado às duas universidades do Estado e por muitas universidades especialmente subvencionadas. Outros Departamentos também fazem seus levantamentos especiais, como, anualmente, o Departamento de Agricultura, entre os lavradores.

Não poderemos expor aqui os problemas metodológicos de uma pesquisa na altura de uma fase de decisão. No entanto, poderemos sintetizar as fases devidas mencionadas por Leon Festinger, Daniel Katz e muitos outros («Research Methods in the Behavioral Sciences» The Dryden Press N. Y. 1953).

1. Newcomb «Social Psychology» 1950.
2. Hartley, E. Land Hartley, R. E. «Fundamentals of Social Psychology» 1948.
3. Krech and Crutchfield «Theory and Problems of Social Psychology», 1948.
4. Gallup and Rae «The Pulse of Democracy», 1940.
5. Mosteller «Social Science Research Council Committee». The pre-election Polis of. 1948-1949.
6. Meier, N. C. and Saunders, H. W. «The Polis and Public Opinion», 1949.
7. Cantril, H. «Gauging Public Opinion», 1944.

1. *Objetivos gerais* — formulação das grandes linhas de pesquisas, delimitando o campo e os fins;

2. *Objetivos específicos* — os objetivos gerais são repartidos nos objetivos específicos, sendo particularizados os dados a serem colhidos e as hipóteses a serem formuladas;

3. *Na amostragem* duas questões são estabelecidas: a) qual o «universo» a ser explorado?; b) qual a quantidade e tipo de amostragem requeridos?

4. O *questionário* será de acôrdo com a modalidade de contato requerida — entrevistas, cartas, telefone etc.

5. *Escolhido o método e o tipo da comunicação* é feito um manual de instruções adequados para dar também conhecimento ao entrevistador dos objetivos da pesquisa e o sentido de cada questão exposta;

6. *Análise do material* será disposta em quadros que facilitem a seleção e a divisão das respostas de acôrdo com os objetivos e a homogeneidade de seu conteúdo;

7. *Um plano de análises* é estabelecido concorde com os objetivos procurados;

8. A *tabulação mecânica* facilitará um volume maior de material recolhido e conforme a amplitude das questões estabelecidas;

9. *Análise e Relatório final* requerem uma revisão dos trabalhos e maior exposição, com participação de maior número de técnicos e especialistas, abrangendo inclusive outras áreas do campo da atividade cultural. Um Relatório deve completar as conclusões do trabalho específico ao informar a outros setores o método, a técnica e a seqüência de seus trabalhos visando levar colaboração eficiente em outras áreas de interesse social.

A pesquisa social mostrando as tendências da coletividade, suas aspirações e interesses, nada mais representa do que um diagnóstico social que exige terapêutica. E esta não está somente na mão dos psicólogos.

Terminando, poderemos dizer que, ao ser transformada em ação e persistência de opinião, passa o grupo coletivo a incorporar definitivamente, muitas vezes, novos hábitos, novas atitudes e tendências mais estáveis, o que, na propaganda, chamamos o «índice cumulativo» (esquema anexo).

As pesquisas sociais freqüentes desnudam o caráter de interação da população e as proporções de sua integração ou não aos novos valores que identificam o quadro favorável de uma Evolução.

As necessidades sociais importantes determinam o comportamento de certos grupos. A possibilidade de ingresso no serviço público, por exemplo, sem a posse de aptidões educacionais ou profissionais convenientes que proporcionariam oportunidades na esfera da iniciativa privada, conduz certos grupos a manterem atividades *político-partidárias mais estreitas e sempre vinculadas a uma personalidade política*. No mesmo passo, encontram-se os que exploram o aspecto sentimental no campo ideológico, literário, jornalístico, religioso, etc. visando uma posição de prestígio popular conveniente. Explora-se até um termo inconsistente na moderna doutrina política — o esquerdismo. Quanto ao socialismo foi esvaziado na formação das democracias de nosso tempo ou do Estado do Bem-Estar (Welfare State, de Gunnar Myrdal), onde os investimentos oficiais são vultosos nas áreas da infraestrutura econômica e dos serviços públicos. Nas expressões emocionais, assume o assunto um caráter tanto mais expansivo quanto menor a substância de amadurecimento cultural da sociedade visada.

Na escala de ROBERT WOODWOETH as expressões emocionais são as seguintes:

- a) amor, felicidade e alegria;
- b) surpresa;
- c) medo e sofrimento;
- d) ira e determinação;
- e) aversão e repugnância;
- f) desdém;
- g) uma categorai residual.

HAROLD SCHLOSBERG selecionou três dimensões:

- 1ª) graus de agrado contra desagrado;
- 2ª) graus de aceitação contra rejeição;
- 3ª) graus de provocação.

As motivações e as conexões empáticas em ações enérgicas, convincentes e decididas, movimentam e resultam em novos juízos, atitudes e opiniões. A perfeita exploração de situações, contingências e condições leva à reformulação de posições, concorrendo para encurtar os prazos imprevisíveis (entre opinião e decisão).

A decisão que corresponde a um resultado ou é uma incorporação de novos valores, hábitos, padrões sociais e comportamentos coletivos de maneira durável e mais estáveis ou é uma ação.

O processo continua na seqüência interminável da Evolução Social.

DEMOCRACIA E OPINIÃO PÚBLICA

O conceito moderno de democracia afirma a representação popular na formação da autoridade executiva, mas resguarda, com uma forte Expressão de Poder, o Estado, para que possa ditar as normas resultantes entre determinações técnicas e imposições políticas. Se bem que, na formalidade, a Fonte Real de Poder Político se origine na vontade de uma maioria da coletividade, existem Fontes Formais de Poder que ditam aquelas normas indispensáveis, de modo que a imposição política não possa deformar a Tecnologia necessária e indispensável ao Estado Moderno para que possa, pela Economia Política, aproveitar ao máximo os recursos e meios disponíveis.

Não poderá o Estado Moderno cumprir fielmente e com eficiência o preceito soberano da democracia de «igualar dentro da desigualdade», como uma sistemática de relações democráticas sem que seja *capacitado na categoria tecnológica*. A formação da Opinião Pública e o processo de evolução do caráter nacional, como ingredientes importantes da formação da Opinião do Povo, estão sujeitos a uma série de influências variadas, espúrias e suspeitas de interesses de grupos nacionais e internacionais, a que não é estranha a aplicação do método moderno de Propaganda, armado das mais eficientes técnicas de conquista e mesmo de violação das consciências, já demonstram a impossibilidade de colocar em tal expressão o destino de uma Nação colocada sob a proteção do Estado Moderno.

Assim, cada país dispõe de uma Expressão de Poder com que consegue disciplinar a dinâmica do governo como instrumento do Estado. Na Inglaterra, existe uma ditadura técnica financeiro-econômica e o poder de contensão da Câmara dos Lordes, nos projetos financeiro-econômicos, e a Fonte Formal de Poder Político que é a Coroa. O grande acontecimento político recente da renúncia do Rei Eduardo VIII, e que foi contrário à opinião universal e do próprio povo inglês, foi uma determinação técnica da Política de Segurança da «Commonwealth». Os Estados Unidos da América do Norte, onde a ditadura financeiro-econômica dispõe de cerca de 380 agências de financiamento do Estado, onde os negros até há pouco não gozavam do direito de voto e apenas 50% do operariado é sindicalizado e *autoritariamente dominado* por uma oligarquia de cúpula, muitas vezes combinada com o governo, constituem exemplo citado de democracia.

Tendo o nível de vida ascendido em 15 a 20% nos últimos vinte anos, o fortíssimo grupo econômico e político da indústria do aço não conseguiu até hoje um discreto aumento de preço que vem pleiteando. O México, que disputava com a Bolívia e Portugal

a palma do número de revoluções, encontra-se hoje na posição de vanguarda no índice de desenvolvimento econômico e conseguiu implantar uma expressão política de um Partido Único do Governo e se arroga o luxo de querer ditar normas democráticas para suas companheiras latino-americanas, tendo para isso autoridade para fazê-lo. *Não sabemos o que levou aquêlê Estado a marginalizar discretamente o grupo religioso. Parece até não haver representação diplomática do Estado Temporal do Vaticano, sendo como é uma nação católica por tradição.* A França encontrou a sua expressão de Poder do Estado na sua estrutura social de classe média que encarnou na personalidade de De Gaulle as suas aspirações. Sacrificou a centenária cultura francesa da Argélia, contra, inclusive, a opinião de 500 mil soldados e oficiais que lá combatiam para não comprometer a Política Internacional do Estado Francês acêrca do colonialismo político ostensivo. A Itália assegura a sua expressão de Poder na Religião Católica Romana. A Alemanha assentou-o na sua expressão jurídica onde a subversão é punida com o banimento nacional e social (perda de emprego e propriedade).

Que expressões de Poder podem contar os Estados da América Latina na sua luta pelo desenvolvimento econômico?

Possuímos na América Latina uma estrutura política, social ou financeiro-econômica organizada? Existe uma ordem jurídica tradicional e estabelecida? Evidentemente não. Parece que o grupo mais disciplinado, organizado, coeso e com objetivo nacional, dado que joga inclusive a própria existência, é a classe militar. Acreditamos que seja um segmento de classe média já estruturada justamente àquela que construiu as Expressões de Poder citadas anteriormente.

O Brasil ensaia uma ditadura técnico-financeiro-econômica.

ANEXO 1

JUIZO DE VALOR

O VALOR

Na linguagem corrente idiomática encontrada na apreciação de fatos, acontecimentos, situações e condições, utilizam com frequência o «juízo de valor». Corresponde isso a um julgamento e a uma decisão baseados na ciência, na prática e na experimentação. As três categorias se juntam para convergirem a um ponto onde o pensamento consegue a síntese de convicção. A expressão surgiu da teologia parecendo ter sido empregada primitivamente por Rittchl em sua obra («Die christliche Lehre von der Rechtfertigung und Versöhnung», 1870-1874). Nasceu da discussão sobre

juulgamentos metafísicos e julgamentos religiosos diante da relação entre existência e valor. A expressão «juízo de valor», em que pèse à contribuição positiva e de verdade científica do momento, nunca pode afastar-se da relatividade do valor. O valor, tal como o poder, se refere a um pensamento de comparação ou de ação para, por ou contra alguma coisa. Assim, pois, ainda mais se aprofunda a relatividade e personalismo com que se impõe o «juízo de valor». Evidentemente, o termo valor dentro da relatividade contém formas concretas, mas positivamente incidenciais. Assim a indeterminação «ter valor» não é geralmente o mesmo que «ter um valor». A idéia de valor ocorre em larga faixa de interpretação; no sentido subjetivo, nos inclinamos para o «ter um valor» e no objetivo «ser um valor». Nesta última, pode-se sentir uma significação de «um todo e permanente» e no outro, parcial e distinto. O que perdura imutável é a relatividade e a utilidade configurada pela comparação: *a ação para, por ou contra alguma coisa*. No deserto, o dinheiro pode não representar qualquer valor diante do «valor da água», diante da sede intensa. Maior «valor» demonstra aquele que socorre sem exigir a troca da água pelo dinheiro. Tal ato atesta um caso humano de «ter valor moral», de natureza e categoria permanentes e totais contra o «ser valor» cuja relatividade leva a nenhum valor em condições diferentes. Naquela categoria, deveríamos sustentar o «juízo de valor», no que respeita a tradições históricas, objetos de uso de personalidades nacionais e da Humanidade, as lembranças sentimentais e o cultivo dos exemplos morais do passado. Lembramos aqui a carta de Descartes a Princesa Elizabeth (Tratado das Paixões, T. IV, 284): «O valor das coisas não é um fato». Já Paul Janet (A Moral, 1874, 152) ainda mais se estendia dizendo «As coisas diferem não somente em quantidade, mas em qualidade, em valor e em excelência». Para Mentré, não existe valor estritamente individual; os julgamentos de valor são coletivos. Realmente, qualquer idéia de valor tem que representar uma ação social qualquer que seja o significado intrínseco de sua possibilidade. É o estigma firmado da relatividade de conceituação. Durkheim analisou sob outros aspectos quando escreveu «julgamentos de valor e julgamentos de realidade», na Revista de Metafísica (julho, 1911, 451). Separa, pois, de forma teórica a posição científica e matemática da subjetividade dos valores «julgáveis» e mostra sujeição às impressões que mais possam afetar a conduta de julgamento. Cada qual apresenta a sua faceta mais ou menos impressionável e com ela imprime a decisão de seu julgamento. No valor da verdade, por exemplo, vemos a grande faixa de interpretação, compreendendo os graus de probabilidade, que muitas vezes nos surpreende. Mesmo na ciência, os termos extremos não têm significação ao correr do tempo, sendo, pois, uma verdade *sempre* provisória. O sentido

exato de valor é difícil de ser precisado. A variação entre fato e direito, de desejável, da necessidade e do desinteresse, dos momentos irregulares, das sensações vegetativas que dinamizam a númena mente humana e dos reflexos decorrentes das manifestações sensoriais, incorrem na apreciação de um valor considerado.

O JULGAMENTO

A decisão mental nos leva a um caminho decorrente de conhecimentos científicos, de uma síntese lógica, de uma crítica, de uma capacidade de normas assimiladas, de uma inteligência cultivada, de uma cultura sedimentada e de uma disposição psicológica envolvida em um turbilhão de reflexos condicionados da biologia, da vida de relações sentimentais e sociais, e da ação mesma, profissional.

O julgamento pode não ser considerado um ato e sim uma «faculdade». Leva à faculdade de «pensar» no particular de um conteúdo universal, em uma determinação ou reflexão, como bem assinalou Barni ao criticar a «Crítica de Julgamento» de Kant (1846).

Na decisão provocada pelos conhecimentos científicos, impera a ordem normativa de uma situação opinativa «predominante» no momento, podendo mesmo ser motivo de uma influência de grupos, escolas e «outros interesses». *As provas aceitas para o julgamento em uma decisão de verdade científica também estão sujeitas a todos os percalços que envolvem a decisão. Ela é uma outra decisão anterior a comandar um julgamento posterior. Os fatos precisam ser julgados em cadeia, sendo cada qual objeto de decisão. Do particular passa ao universal. A questão é extremamente complexa e movediça.*

O julgamento lógico estabelece pontos de reparo, um jôgo de relações e condicionamentos no sentido mais geral, seja a título de verdade firme ou provisória, fictícia ou real, digressão por áreas hipotéticas, etc. Uma prece, por exemplo, não constitui propriamente um julgamento, porque ela não é nem verdadeira nem falsa. Nestas idéias, Aristóteles sentiu, na sua filosofia sensorial, a necessidade de decisão, visando o processo de satisfação constante, progressiva e interminável do gênero humano. Assim, ele considera o termo de apêlo ao «sujeito» e outro, mais complexo, em que se afirma e se nega, ao apelar-se para o «predicado». Nas «Primeiras Análises» a sua divisão persiste quando considera um julgamento *analítico*, *sintético* ou isolado, etc. Considera o de *inclusão* de *predicação*, de *inerência* e de *relação*, etc. Na *primeira*, distingue a relação entre duas classes entre Gênero e Espécie. Na *predicação*, que é ação de afirmar ou negar um predicado tomado no sentido de norma geral, mantendo a *relação* e a vinculação subjetiva: «os

caracteres dependem dos temperamentos». É um julgamento de predicação no contexto de uma condição e de uma relação. Na *inerência*, subentende-se uma *determinação* e uma *essencialidade*. Assim, é a «fraqueza inerente à natureza humana». Compreende-se, pois, uma «maneira de ser» mais ou menos estabelecida integrada em uma «verdade atual firme». O julgamento de relação precisa ser isento da idéia de tomar relativo, seja para *subjetivo*, ou imperfeito e medíocre. A relação e o caráter de dois ou vários objetos de pensamento concebidos como tendo ou podendo ser compreendidos em uma ação intelectual única, de natureza determinada. Em um conjunto, pois, poderemos considerar a identidade, a coexistência, a sucessão, a correspondência, a causalidade, a filiação etc. (Lalande). A relação importa analogia, condicionamento mútuo, comparação, transformação pela ação dos fatores de relação, reformulação de um conjunto na observação global do efeito de relação etc. As «preposições de relações» atingem ou podem atingir um processo mais ou menos sensível de modificações e transformações. Seguem-se, assim, as proposições atributivas, de *inerência*, predicativas, etc. Na categoria de relação, o silogismo impera em cada objeto de relação, onde se estabelecem as premissas gradativas até chegar à conclusão. Cada conclusão se submete por sua vez ao mesmo processo, somando-se uma visão do global e do total passível de formar um juízo conjunto.

O JUÍZO DE VALOR

A decomposição dos dois fatores e agora a sua junção em uma semântica compreensível nos induz a profundidade do Relativo. Esse vocábulo se opõe ao Absoluto, *mas não em todos os sentidos*. As controvérsias sobre o Infinito *cabem todas elas dentro do Relativo*. A posição relativa entre duas doutrinas, duas coisas e dois corpos, não se refere a qualquer pensamento acerca do Absoluto. A conclusão acerca da situação histórico-social brasileira, partida de um Estadista sobre o qual eu fizesse um «juízo de valor», daria a mim oportunidade de fazer sobre o assunto um «juízo de valor». Mas como no Brasil de hoje só encontramos homens de governo, eu fico sem possibilidade de fazer aquele «juízo de valor», na fase histórica de seu processo de evolução social, especialmente política, nosso país «esvaziou» o campo do Estadista e ele se recolheu ou desapareceu. O Estadista é o político que *ultrapassou todas as sensações de individualismo e de personalismo, especificamente*, de sua própria personalidade. Não se altera mesmo que possa pelos atos, idéias e pensamentos ser julgado como traidor à Pátria, covarde, desonesto, desumano, venal, ignorante, sábio, etc. Fixa-se na realidade de um pensamento humano pela Pátria e pela Humanidade. Despreza

elogios, apoios e oposições, julgando as ações que lhe sejam favoráveis apenas como coincidência de valores semelhantes aos seus. Nenhuma manifestação, contudo, é capaz de demonstrar que resulte em uma vantagem individual para qualquer um. *Não serve ao individualismo nem ao personalismo. Serve, sim, ao ideal da coletividade por êle conceituada.* Nunca pretende ser um *grande homem* na conceituação corrente de virtudes morais, competência, dignidade, etc. Não se detém por demais com a conjuntura, tendo a visão projetada na estrutura e no futuro. Exatamente ao contrário dos espíritos primários, provincianos, individualistas e personalistas. O Estadista não vive a sua Época, mas pensa, age e se integra nela, como se esperasse viver e colher os louros das benesses do futuro por êle construídas. A Moral dos Estadistas é diferente da moral dos demais cidadãos.

Terminamos assim com um «juízo de valor»

ANEXO 2

OPINIÃO PÚBLICA

DEFINIÇÕES

«Nada existe de absolutamente certo ou errado acêrca de cada definição». — MAED STONE.

Definição — «Constitui o estrato de uma filosofia que, espelhando o pensamento do definidor, obriga a um esforço mental para compreendê-lo». — J. Almeida Rios.

Opinião do Povo — «Atitude consciente e decisiva de certeza sôbre fatos, situações e condições de uma população, difícil de ser alterada ou modificada» — J. Almeida Rios.

Opinião Pública — «Inclinação para a verdade de um fato sem possuir, contudo, os elementos objetivos e subjetivos de certeza. Imprevistos, fatos emocionais, ocorrências sentimentais podem mudar rapidamente a interativa até então seguida». — J. Almeida Rios.

Povo — «Sociedade composta de um número variável de grupos locais, de relativa homogeneidade cultural, ocupando um território definido, com consciência de semelhança. Um povo pode compreender grupos racialmente diversos».

Massa — «Agregação social que se constitui influenciada por interêsse qualquer, caracterizada por baixo grau de coesão e de organização; é formada de elementos oriundos de diversas camadas sociais, permanecem anônimos e fisicamente separados».

Multidão — «Qualidade mental e psíquica inorgânica, instintiva e desordenada de um grupo social ou aglomerado heterogêneo, agindo pelas impressões subscientes, podendo ir até à autodestruição».

Líder — «Elemento social definidor e eficaz, transmissor de idéias e sentimentos sincrônicos como aqueles de um grupo social, quaisquer que sejam os fatos históricos e emocionais provocantes. Um líder existe nêle mesmo como qualidade orgânica».

Atitude — «Predisposição consciente para um juízo, uma opinião e uma ação». — J. Almeida Rios.

Empatia — «Tendência para sentir o que se sentiria se se estivesse na situação de outra pessoa». A capacidade ou dom empático é uma vocação especial para transmitir a outrem com sucesso a interpretação de aspirações e interesses tidos ou que precisam ser admitidos como comuns.

Método — «O método se define como um programa que regula antecipadamente uma série de operações a executar e assinala certos erros a evitar, com o fim de atingir a determinado resultado». — Lalande.

Idéia — «Um produto do pensamento». — J. Almeida Rios.

Ideal — «Uma realização inacabada do pensamento». — J. Almeida Rios.

Ideologia — «Disciplina do produto do pensamento solicitando uma doutrina». J. Almeida Rios.

Opinião Pública — (Técnica) — «Maneira de pensar, de sentir, de manifestar-se e de agir de um grupo social, podendo ser modificada, ampliada, distorcida, encaminhada, reformada e reformulada». — William Lambert.

Emoção — «Emoção é qualquer choque sofrido no senso afetivo, podendo repercutir nas áreas psicomotoras e neurovegetativas. Sensações de prazer, dor, medo ou surpresa podem provocá-la». — J. Almeida Rios.

Público — «E' qualquer coleção de pessoas que um determinado objetivo ou situação associa, independente de circunstâncias, de espaço e de tempo». — Aldo Xavier da Silva.

Juízo de Valor — «Decorrencia de uma síntese de informações sobre a qual se firma um julgamento tido como verdadeiro e a que se dá o valor por, para ou contra em relação a alguma coisa». — J. Almeida Rios.

PROPAGANDA — Definição e conceito:

Propaganda — E' um método de aplicação dos diferentes meios de comunicações humanas visando atingir fins e perseguir objetivos preestabelecidos». — J. Almeida Rios.

Uma propaganda exige:

Uma Análise — Pesquisa, estudo e concepção do meio.

Uma tese — Pesquisa, estudo, crítica e conclusões sobre as resistências da atitude e da opinião e das possibilidades.

Uma síntese — Pesquisa, estudo e crítica sobre a decisão com a mudança de atitude e de opinião.

Índice Cumulativo — Estabilização das finalidades atingidas e progresso vegetativo deste resultado com firmeza da nova atitude e opinião.